

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria das Graças Bastos de Sousa¹

Monica Franchi Carniello²

Elvira Simões Araújo²

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior, enquanto atores sociais institucionais, exercem papel relevante na sociedade na qual estão inseridas. Com o direcionamento paradigmático da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável, cabe avaliar o posicionamento, funções e atuação das IES nesse novo contexto. O presente artigo teve o objetivo de sistematizar os papéis atribuídos às IES na perspectiva do desenvolvimento sustentável, sob a ótica dos documentos e instituições mundiais que pautam as discussões globais sobre o tema. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, com técnica de coleta de dados bibliográfica e documental. Verificou-se que as IES

¹ Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté.

² Professoras doutoras do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté.

inserir-se como um componente acionador do processo de desenvolvimento, articulando, a partir dos próprios atores locais, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico-social do País, fundamentado nos resultados das pesquisas e conhecimentos científicos de base local.

Palavras-chave: Instituições de ensino superior.

Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade.

THE ROLE OF HIGHER TEACHING INSTITUTIONS IN SUSTAINED DEVELOPMENT

ABSTRACT

Higher teaching institutions, while institutional and social actors, exert relevant role in the society to which they belong. With the paradigmatic direction of the society to a sustained development, it seems necessary to assess the position, functions and role of the HTI in this context. The goal of the current study was to organize the roles attributed to HTI from the perspective of sustained development, under the view of the world documents and institutions which maintain the global control on this subject. With this objective in mind, an exploratory review and data collection regarding the objectives was carried out using documents and the available literature. We found that HTI are important components in the development process, articulating from the local actors themselves, the improvement of the population quality of life and the social and economic development of the country, based in the results of the literature review and scientific knowledge from a local base.

Key-words: Higher teaching institutions. Sustained development. Sustainance.

INTRODUÇÃO

O delineamento do conceito de sustentabilidade passou a ser discutido internacionalmente na Conferência de Estocolmo em 1972, chamando a atenção das nações para as ações humanas em relação ao meio ambiente, notadamente sobre as questões arroladas com a degradação ambiental e poluição.

A expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu da crítica ao desequilíbrio causado pelo modelo de crescimento econômico adotado pelos países capitalistas e procurava harmonizar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental e, ainda, o fim da pobreza no mundo.

Tal contexto conduziu a uma reflexão sobre as possibilidades que organizações em geral, universidades e demais instituições de ensino superior (IES) teriam para contribuir com o fortalecimento político e econômico das comunidades em que estão inseridas, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. As menções sobre a importância da universidade no contexto do desenvolvimento sustentável foram apresentadas em documentos internacionais como a Agenda 21.

Nesse cenário, o presente artigo teve o objetivo de sistematizar os papéis atribuídos às IES na perspectiva do desenvolvimento sustentável, sob a ótica dos documentos e instituições mundiais que pautam as discussões globais sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Relatório de Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) cita o conceito de desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO..., 1991, p. 46). Esta definição é a mais difundida pelos autores por admitir a visão em longo prazo e referir-se à sustentabilidade como um processo evolutivo e multidimensional.

Essa configuração do conceito de desenvolvimento foi escopo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD),

realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992 e conhecida também como ECO-92, que apresentou, como documento final, a *Agenda 21*, aceita, divulgada e aprovada como um plano de ação. A *Agenda 21* realçou que a sustentabilidade é conquistada pela implementação regional ou local de processos de desenvolvimento com a participação dos indivíduos, com o desígnio de diagnosticar os problemas locais, focada na visão das necessidades e do bem-estar humano, para entender os conflitos envolvidos e pactuar as maneiras de resolvê-los. (NOVAES, 2003).

Sachs, (2004, p. 13), comenta que

“[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”.

Sen, (2000), questiona que o atual modelo de desenvolvimento econômico proporciona distorções sociais e que a base do desenvolvimento não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas, sim, na dimensão sociocultural em cujo contexto os

valores e as instituições são fundamentais.

Para Veiga, (2005, p. 801),

O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

Nesse contexto, os indivíduos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento por estarem inerentemente ligados ao ambiente em que vivem e dele não podem ser separados (GUIMARÃES, 2001). Assim, deve-se interceder para a adequação das dimensões da sustentabilidade para que o desenvolvimento caminhe para um novo desenho, considerando sua complexidade e intangibilidade.

Para isso, deve-se considerar o desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista multidimensional, com compreensão econômica, política, ecológica, sociológica, espacial e cultural, interagindo indivíduos e diversas áreas científicas atreladas ao capital social para determinar a direção a ser seguida para alcançar o objetivo da sustentabilidade.

Sachs (1993, apud QUIRINO 1999, p. 49-50) explica que para haver

sustentabilidade é indispensável o ajuste das seguintes dimensões: a social com o objetivo de “[...] construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda [...]” na busca de qualidade de vida; a econômica deve ser alcançada pela “[...] alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”; a ecológica que visa à “[...] regulação dos meios de produção e padrões de consumo” por meio da criatividade e uso de tecnologias adequadas para evitar os prejuízos ao meio ambiente; a espacial, como uma “[...] configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas [...]” e a cultural que visa à “[...] busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção [...]”.

Pode-se perceber que Sachs (1993) não só definiu teoricamente as dimensões, mas direcionou estratégias a partir delas. Assim sendo, todas essas dimensões da sustentabilidade devem interagir como sistema em busca do equilíbrio.

Corroborando esse pensamento, Franco (2000, p. 26-27) comenta que

O conceito de desenvolvimento sustentável é, portanto, muito complexo e controverso, uma vez que para ser implantado exige mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir, consumir, entre outras. [...] Ele exige a participação democrática de todos na tomada de decisão para as mudanças que se farão necessárias para a implantação do mesmo.

Em relação às mudanças e transformações impostas à sociedade e aos indivíduos para que o desenvolvimento sustentável seja concretizado e viabilizado além dos conceitos, tem-se a cultura como propulsora dessas mudanças e transformações e a educação como vetor de transmissão da cultura através da preparação das pessoas para um futuro viável, mediante um processo de socialização mediante o qual o indivíduo adquire valores e atitudes relacionados à sociedade em que vive (SOUZA; FILHO, 2008).

Para Demo (1999, p.10) “[...] a educação é vista como parceira do conhecimento, a qual está envolvida diretamente nas mudanças da sociedade e da economia”. Tenelli, Silva e Paiva (2006, p.108) completam o pensamento de Demo (1999), afirmando que “[...] a educação, além

de produzir e repassar saberes necessários para a inserção social por meio do trabalho, prepara as pessoas para o exercício do papel político na sociedade, na busca da cidadania plena”.

Nesse contexto, as universidades e demais IES, por meio dos trabalhos desenvolvidos na sociedade nas mais variadas áreas de atuação, quais sejam ensino, pesquisa e extensão, são organizações estratégicas, que cumprem a função social de despertar na comunidade a importância do seu papel na tomada de decisão para as mudanças e transformações necessárias para o desenvolvimento sustentável da região nas quais se inserem.

MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória quanto aos objetivos, com técnica de coleta de dados bibliográfica e documental. Além de livros e artigos científicos, foram pesquisados os arquivos disponibilizados *on-line* de fóruns e reuniões nacionais e internacionais sobre o tema, entre os quais cita-se: Conferência de Estocolmo (1972), Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento -

CMMAD (1987), Declaração de Talloires (1990), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD (1992), Carta Copernicus ou Carta Patente da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável (1994), Conferência Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização do Povo - UNESCO (1997).

RESULTADOS

As IES têm sido instigadas a comprometer-se com o desenvolvimento sustentável e a mudarem suas atuações estratégicas e operacionais para assentarem-se às exigências cada vez maiores da sociedade, e cumprirem sua missão relevante no processo de transformação e resolução dos problemas mais difíceis da comunidade nas quais estão inseridas.

Historicamente, as menções sobre a importância da universidade no contexto do desenvolvimento sustentável foram apresentadas nos documentos da Conferência em Desenvolvimento Humano (UNCHD) realizada em 1972 em Estocolmo e da Conferência em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) em 1992 no Rio de Janeiro, nos quais Fouto

(2002) identificou medidas e objetivos recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU) aplicáveis à

gestão das IES, apresentados no Quadro 1:

Documentos	Objetivos	Medidas Recomendadas
UNCHD (1972) Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24).	Prever/atenuar situações que prejudiquem o desenvolvimento sustentável.	Formulação de acordos multilaterais ou bilaterais ou de outras formas de cooperação (nomeadamente ao nível da transferência tecnológica).
UNCED (1991) Relatório do Comité Preparatório	Envolver todos os interessados na educação para o desenvolv. sustentável.	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas que os aconselhem nas universidades, institutos de investigação, etc.
UNCED (1992) Declaração do Rio (Princípio 9)	Fomentar o surgimento e o aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolv. sustentável.	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico. Desenvolv. adaptação, difusão e transferência de tecnologias novas e inovadoras.
UNCED (1992) Agenda 21 (Capítulos: 31, 34, 35 e 36)	Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável.	(Re)desenho dos programas em Ciência e Tecnologia de forma a clarificar as contribuições do setor para o desenvolvimento sustentável e a identificar função/responsabilidade do setor no desenvolvimento humano.
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável.	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre desgaste dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, perceptíveis e amplamente divulgadas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento acessível a todos. Implementação de incentivos, para universidades e redes, ao trabalho realizado neste âmbito.

Quadro 1 – Medidas recomendadas pela ONU às universidades no âmbito do Desenvolvimento Sustentável (1972-1992). Fonte: Adaptado de Fouto (2002, p. 2)

Diante dessas recomendações, as IES passaram a ser incentivadas a assumir a responsabilidade de alcançar o desenvolvimento sustentável no que alude a difundir o conhecimento e preparar a sociedade para enfrentar os problemas e indicar soluções para ultrapassar tais desvios para um futuro mais viável. (FOUTO, 2002).

Porque sua missão é o ensino e a formação dos decisores do futuro – ou dos cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão; porque é rica e extensiva a sua experiência em investigação interdisciplinar; e porque a sua natureza fundamental de motor do conhecimento lhe imprime um papel essencial num mundo cujas fronteiras se dissolvem a cada dia. (FOUTO, 2002, p.1).

Enquanto principais atores da comunidade universitária, os docentes assumem o papel fundamental no

cumprimento da missão das IES por meio do uso de ensino mais efetivo, propício e contextualizado, proporcionando ao acadêmico a condição de construir, absorver e aplicar o conhecimento adquirido em benefício da sociedade, exercendo, assim, o seu direito à cidadania.

Além das recomendações elencadas no Quadro 1, os compromissos e responsabilidades das IES em relação à concretização do desenvolvimento sustentável foi objeto de fóruns e reuniões nacionais e internacionais do mundo inteiro, conforme o Quadro 2.

Declaração de Talloires (1990): Assinada pelo Centro Europeu da Universidade de Tufts, Talloires, França por reitores, pró-reitores e presidentes de universidades de todas as regiões do mundo. **Objetivos:** Conter a velocidade da poluição e da degradação ambiental e a depreciação dos recursos naturais. **Recomendações:** Aumentar a consciência para o desenvolvimento sustentável; Criar uma cultura institucional da sustentabilidade; Educar para a cidadania ambientalmente responsável; Incentivar a literatura ambiental; Praticar ecologia institucional; Desenvolver todas as partes interessadas a colaborar para a abordagem interdisciplinar.

Declaração de Halifax (1991): Assinada por representantes da Associação Internacional das Universidades (IAU), Universidade Unida das Nações e Associação das Universidades e Faculdades do Canadá. **Objetivos:** Discutir ações para o desenvolvimento sustentável. **Recomendações:** Utilizar os recursos intelectuais da universidade; Destacar a obrigação ética da geração atual; realçar a capacidade da universidade; cooperar com todos os segmentos da sociedade; empregar todas as comunicações entre universidades.

Declaração do Rio – Agenda 21 (1992): Capítulo 36: Promover a educação, a consciência pública e a formação. **Objetivos:** Reorientar a educação p/ o desenvolvimento sustentável. **Recomendações:** A educação, incluindo a educação formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como processos através dos quais os indivíduos e as sociedades podem desenvolver o seu completo potencial; o tema desenvolvimento deve ser incorporado como uma parte essencial da aprendizagem para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento; enquanto a educação básica fornece as bases para a educação em ambiente e desenvolvimento, as posteriores necessitam de ser incorporadas como uma parte essencial da aprendizagem; a educação formal e a educação não-formal são ambas indispensáveis na mudança de atitudes que capacitará as pessoas a avaliar e resolver as suas preocupações de desenvolvimento sustentável; a educação é vital ao alcance de uma ética e consciência ambiental, de valores e atitudes, habilidades e comportamentos consistentes com o desenvolvimento sustentável e para uma efetiva participação pública das pessoas nos processos de decisão; para ser efetiva, a educação ambiental e de desenvolvimento deve lidar com as dinâmicas biofísicas e socioeconômicas do ambiente e do desenvolvimento humano, deve ser integrada em todas as disciplinas e deve empregar métodos formais e não - formais e meios efetivos de comunicação.

Declaração de Swansea (1993) – Objetivos: Expressar a opinião dos participantes da Conferência das universidades da Comunidade (ACU) de que as soluções aos problemas ambientais seriam eficazes se tivessem a participação de toda a sociedade na busca da

sustentabilidade. **Recomendações:** Incitar as universidades da ACU; utilizar recursos da Universidade; enfatizar a obrigação ética da geração atual; realçar a capacidade da universidade; cooperação com todos os segmentos da sociedade; incentivar universidades a reverem suas próprias operações.

Declaração de Kyoto (1993): Assinada por cerca de 90 responsáveis universitários

Objetivos: Discutir e adotar uma declaração de princípios, baseada nas declarações emanadas das Conferências de Talloires (1990), Halifax (1991) e Swansea (1993)

Recomendações: Incitar as universidades do mundo inteiro a procurar estabelecer e transmitir uma compreensão mais clara de desenvolvimento Sustentável; utilizar os recursos da universidade para melhorar a compreensão dos perigos físicos, biológicos e sociais; sublinhar a obrigação ética da geração atual e ultrapassar as práticas de gestão de recursos e da disparidade que estão na base da insustentabilidade ambiental; aumentar a capacidade da Universidade no nível do ensino, da investigação e das relações com sociedade; cooperar com todos os setores da sociedade entre si na busca de medidas práticas e políticas que permitam alcançar o desenvolvimento sustentável; estimular as universidades a rever o seu funcionamento interno e espelhar as melhores práticas de desenvolvimento sustentável.

Carta Copernicus ou Carta Patente da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável. (1994): - Lançada pela Conferência dos Reitores da Europa (CRE).

Objetivos: Discutir e recomendar as ações a serem adotadas pelas universidades rumo ao desenvolvimento sustentável. **Recomendações:** Demonstrar um compromisso institucional para com a teoria e prática das questões ambientais e de sustentabilidade; promover padrões de consumo sustentável e estilo de vida ecológico; proporcionar aos funcionários educação e formação em matérias ambientais; incorporar uma perspectiva ambiental em todo o seu trabalho e estabelecer programa de educação ambiental; encorajar a educação interdisciplinar; procurar ultrapassar os instintos competitivos entre disciplinas e departamentos; disseminar o conhecimento e suprir as falhas da atual literatura disponível; preparar-se para auditorias ambientais; promover redes internacionais e interdisciplinares de especialistas; criar parcerias com outros setores interessados; contribuir para transferência de tecnologia educativa e inovadora; implementar métodos avançados de gestão.

Declaração de Thessalónica (dezembro /1997): Assinada por 93 estados presentes na Conferência Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização do Povo – UNESCO, Thessalónica, Grécia. **Objetivos:** Discutir a inserção da educação ambiental numa perspectiva para o futuro viável. **Recomendações:** Conferir papel central às atividades educativas para sensibilização do público e de formação; mobilizar maior investimento em educação (governos, Instituições financeiras e outros) e sensibilização do público; criar fundo financeiro próprio para educação para o desenvolvimento sustentável; vigiar a adequação e atualização dos conteúdos programáticos e das ações de sensibilização do público; incitar as escolas a adaptar os programas de estudo às necessidades de um futuro viável; reorientar os programas de formação de docências; apoiar a aplicação de práticas inovadoras e novas metodologias de ensino interdisciplinares.

Quadro 2: Recomendações e Orientações às universidades no âmbito do Desenvolvimento Sustentável. Fonte: Adaptado de Kraemer, 2004

DISCUSSÃO

Ao exercer a função de criar, transmitir e difundir o conhecimento através do tripé ensino-pesquisa-extensão, a IES deve procurar atender às necessidades da sociedade, formando profissionais multidisciplinares capazes de empreender ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no seu campo de interferência.

Nessa perspectiva, as instituições universitárias devem adequar-se para cumprir papel de destaque no processo de desenvolvimento regional, sendo possível adotar dois caminhos, conforme comentam Rolim e Serra (2009, p. 91).

A universidade que está na região onde simplesmente se localiza na região, se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional. E a que é da região onde a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região. Essa distinção entre ser e estar na região faz toda a diferença para o desenvolvimento regional.

Pode-se deduzir, com Rolim e Serra (2009), que as universidades

certamente podem contribuir para a melhoria do patamar de vida de sua região por meio do que elas têm de melhor a oferecer: a qualidade dos profissionais que ela forma, as pesquisas desenvolvidas em seus *campi* e a transferência dos seus resultados para a sociedade.

CONCLUSÃO

A contribuição das IES é indiscutível para o desenvolvimento regional, mas o desafio de “[...] atuar como agente promotor e articulador de debates que contemplem os diversos aspectos da vida social e conduzam a propostas capazes de melhorar as condições de vida da comunidade” (IPES, 2001, p.15), depende do consenso dos diferentes atores para idealizar um plano de desenvolvimento que atenda às necessidades da região e que esteja em harmonia com o próprio plano de desenvolvimento das IES.

Dessa maneira, as IES inserem-se como um componente acionador do processo de desenvolvimento, articulando, a partir dos próprios atores locais, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico-social sustentado do país, fundamentado nos resultados das

pesquisas e conhecimentos científicos de base local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ano CXXXIV, n. 248, , Brasília: Poder Executivo, 1996.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*. São Paulo. Annablume/FAPESP, 2000.

FOUTO, A. R., F.. *O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável das relações internacionais às práticas locais*. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Relações Internacionais do Ambiente. Lisboa: Universidade Nova, 2002.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, N. et al. (Org.). *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS - IPES. *Caderno de Estudos. Espaços Locais*. n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.facef.br/ipes/caderno3.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM*, ed. 6, v. 3, nº 2, nov. 2004.

NOSSO FUTURO Comum. *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOVAES, W. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam das questões ambientais nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

QUIRINO, S. F. S. *Estudo de um caso de perspectiva de desenvolvimento sustentável aplicado pela empresa terra fine papers: ecoempreendedorismo*. 1999. 90 f. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 1999. ROLIM, Cassio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, v. 35, n. 3 (ano 33), set./dez. 2009. Editora UFPR.

SACHS, Ignacy. *Rumo a Ecosocioeconomia*. Teorias e práticas do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Sumara Aparecida Katruch de; FILHO, Álvaro de Oliveira Borges. Educação como Fator Crítico para o sucesso rumo ao Desenvolvimento com Sustentabilidade: um enfoque estratégico. 6. ed. *Revista Eletrônica Lato Sensu* – UNICENTRO, 2008.

TENELLI, A; SILVA, F. G. D.; PAIVA, C.C. E. A educação e sua contribuição na garantia de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Recebido em: 06 ago. 2012

Aprovado em: 26 nov. 2012